

Indigenous education in the state of Amazonas:



bibliometric study based on stricto sensu research (2017 - 2021)

José Carlos Guimarães junior
Francisco Carneiro Braga
Ruth Trindade Ferreira
Savio Lima Costa e Silva
Antônio Ciro Pereira Soares
Tânia Lúcia Viana de Souza
Rair de Lima Nicácio
Fernando A. Lima Oliveira
Roberto Lopes Sales

ARCO
EDITORES ● ● ●

Indigenous education in the state of Amazonas:



bibliometric study based on stricto sensu research (2017 - 2021)

José Carlos Guimarães junior
Francisco Carneiro Braga
Ruth Trindade Ferreira
Savio Lima Costa e Silva
Antônio Ciro Pereira Soares
Tânia Lúcia Viana de Souza
Rair de Lima Nicácio
Fernando A. Lima Oliveira
Roberto Lopes Sales

ARCO
EDITORES ● ● ●

Esta obra é de acesso aberto.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.



CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva, UNIDAVI/SC.

Profa. Msc. Jesica Wendy Beltrán, UFCE- Colômbia.

Profa. Dra Fabiane dos Santos Ramos, UFSM- Santa Maria/RS.

Dr. João Riél Manuel Nunes Vieira de Oliveira Brito, UAL - Lisboa- Portugal.

Profa. Dra. Alessandra Regina Müller Germani, UFFS- Passo Fundo/RS.

Prof. Dr. Everton Bandeira Martins, UFFS - Chapecó/SC.

Prof. Dr. Erick Kader Callegaro Corrêa, UFN- Santa Maria/RS.

Prof. Dr. Pedro Henrique Witches, UFES - Vitória/ES.

Prof. Dr. Thiago Ribeiro Rafagnin, UFOB.

Prof. Dr. Mateus Henrique Köhler, UFSM- Santa Maria/RS.

Profa. Dra. Liziany Müller, UFSM- Santa Maria/RS.

Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza, UNISC- Santa Cruz do Sul/RS.

Prof. Dr. Dioni Paulo Pastorio, UFRGS - Porto Alegre/RS.

Prof. Dr. Leonardo Bigolin Jantsch, UFSM- Palmeira das Missões/RS.

Prof. Dr. Leandro Antônio dos Santos, UFU– Uberlândia/MG.

Dr. Rafael Nogueira Furtado, UFJF- Juiz de Fora/MG.

Profa. Dra. Angelita Zimmermann, UFSM- Santa Maria/RS.

Profa. Dra. Francielle Benini Agne Tybusch, UFN - Santa Maria/RS.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Indigenous education in the state of Amazonas
[livro eletrônico] : bibliometric study based
on stricto sensu research (2017 - 2021). --
Santa Maria, RS : Arco Editores, 2022.

PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5417-015-4

1. Educação indígena 2. Educação indígena -
Amazonas 3. Educação - Finalidade e objetivos
4. Identidade cultural.

22-116906

CDD-371.82998113

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação indígena : Amazonas : Brasil 371.82998113

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380



10.48209/978-65-5417-015-4

Diagramação: Gabriel Eldereti Machado

Projeto Gráfico: Gabriel Eldereti Machado

Imagem capa: Designed by canva

Revisão: Organizadores e Autores(as)

ARCO EDITORA

Telefone: 5599723-4952

contato@arcoeditores.com

www.arcoeditores.com

SUMÁRIO

Resumo.....	6
Abstract.....	7
Introdução.....	8
Procedimentos Metodológicos.....	9
Educação indígena: escopo conceitual.....	10
Resultados.....	15
Conclusão.....	23
Referências.....	24
Sobre os Autores.....	28

Resumo

Dentre as vertentes educacionais relevantes no campo da educação nacional, a questão da educação indígena carece de um olhar mais atento para as suas peculiaridades. A questão do bilinguismo associada com a necessidade da manutenção dos costumes e das tradições das etnias de origem dos alunos representa um desafio a ser enfrentado pelos professores atuantes neste campo do saber. O presente estudo tem como objetivo destacar a educação indígena desenvolvida no estado do Amazonas por meio de um estudo bibliométrico (2017 – 2021). O estudo pode ser classificado como exploratório e descritivo, com abordagem mista, posto que foram considerados aspectos qualitativos e quantitativos. O estudo bibliométrico teve como base de dados a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. Entre teses e dissertações, foram localizadas 9 produções que atendiam aos critérios de seleção da pesquisa. Dentre os resultados, destaca-se o fato de que não foram localizados estudos nos anos de 2020 e 2021. Outro fato interessante é o que a maioria das pesquisas encontradas não são desenvolvidas por estudantes da Região Norte, posto que a maioria dos estudos é originário da Região Sudeste. A temática mais trabalhada nos estudos é a formação de professores indígenas. Dentre os trabalhos mais citados, 3 produções se destacaram como as mais citadas conforme levantamento realizado. O estudo conclui que a temática da educação indígena pode ser mais explorada, o que certamente irá fortalecer o estado da arte e gerar as bases para a ampliação do debate a respeito desta temática relevante para o exercício da cidadania.

Palavras-chave: Colonização; Alunos Indígenas; Identidade Cultural; Educação Indígena.

Abstract

Among the relevant educational aspects in the field of national education, the issue of indigenous education needs a closer look at its peculiarities. The issue of bilingualism associated with the need to maintain the customs and traditions of the ethnicities of origin of the students represents a challenge to be faced by teachers working in this field of knowledge. The present study aims to highlight the indigenous education developed in the state of Amazonas through a bibliometric study (2017 - 2021). The study can be classified as exploratory and descriptive, with a mixed approach, since both qualitative and quantitative aspects were considered. The bibliometric study was based on the Digital Library of Theses and Dissertations. Among theses and dissertations, 9 productions were located that met the research selection criteria. Among the results, we highlight the fact that no studies were found in the years 2020 and 2021. Another interesting fact is that most of the research found is not developed by students from the North Region, since most of the studies originate from of the Southeast Region. The theme most worked on in the studies is the training of indigenous teachers. Among the most cited works, 3 productions stood out as the most cited according to the survey carried out. The study concludes that the theme of indigenous education can be further explored, which will certainly strengthen the state of the art and generate the bases for expanding the debate on this relevant theme for the exercise of citizenship.

Keywords: Colonization; Indigenous Students; Cultural Identity; Indigenous Education.

Introdução

Falar de educação no contexto brasileiro significa considerar as diversas vertentes que fazem parte de sua estrutura, dentre as quais pode-se citar o ensino médio integrado, o ensino técnico profissionalizante e o ensino superior (Borges, 2019; Lopes Filho, 2021; Silva, 2019). Dentre os muitos campos educacionais existentes na conjuntura nacional, destaca-se a questão da educação indígena. Pode-se considerar que a educação destinada aos povos indígenas passa a ter mais relevância a partir da promulgação da Carta Magna vigente (Brasil, 1988). Desde então, o país vivencia um processo de redemocratização, no qual a educação, a moradia, a saúde e demais direitos são claramente expressados constitucionalmente, não podendo ser negados a quem quer que seja, sem distinção nenhuma de classe ou etnia.

Entretanto, levar educação para os indígenas exige que uma série de situações sejam devidamente observadas e tratadas com vistas a prover a ministração de saberes focalizada para o exercício da cidadania (Lopes Filho, 2021). Dentre estas questões, destaca-se a formação de professores, bem como o planejamento docente e as questões pertinentes a infraestrutura escolar (Nóvoa, 2012; Silva, 2019; Zabala, 1998). Estes tópicos somados a questões culturais e identitárias fazem com que a prática da educação indígena no Brasil seja desafiadora em muitos de seus aspectos.

O presente estudo tem por objetivo destacar a educação indígena praticada no estado do Amazonas, por meio de um estudo bibliométrico feito a partir de pesquisas *stricto sensu* realizadas entre 2017 e 2021. Diante das peculiaridades que permeiam esta vertente educacional, julgou-se pertinente averiguar de que maneira esta temática vem sendo retratada nos estudos de mestrado e doutorado feitos no contexto brasileiro. A razão pela escolha do estado do Amazonas como

cenário de pesquisa se deu por dois motivos: a) pela representatividade territorial e geográfica deste estado, e; b) para verificar se os estudos localizados se concentram somente em locais próximos a capital Manaus ou se atendem localidades e comunidades mais distantes.

O estudo se justifica por duas razões, sendo a primeira delas de natureza teórica. Dadas as especificidades que entremeiam a educação indígena, torna-se oportuno produzir estudos teórico-empíricos que possam reforçar o estado da arte atinente a esta temática. O segundo fator condicionante para a realização do estudo é prático e visa não somente detectar as principais características das produções resultantes de pesquisas *stricto sensu* feitas no Brasil como também possíveis lacunas a serem preenchidas por estudos futuros.

Procedimentos Metodológicos

Os caminhos de pesquisa percorridos para a feitura do presente estudo abarcam primeiramente a prática de pesquisa bibliográfica. Gil (2019) e Zanella (2013) relatam que este tipo de pesquisa é pertinente nos casos em que o pesquisador necessita fazer consultas junto a materiais como, por exemplo, livros, dissertações, teses, artigos e demais fontes pertinentes ao seu estudo. No que tange a sua caracterização, a pesquisa pode ser classificada como sendo exploratória e descritiva. As pesquisas exploratórias são aquelas em que o investigador necessita, por meio da prática do método científico, gerar mais conhecimentos sobre um determinado tema (GIL, 2019). A pesquisa também é descritiva, posto que os fenômenos presentes nos estudos selecionados são descritos sem que se analise o seu mérito (FONTELLES et al., 2009; PRODANOV; FREITAS, 2013).

No que se refere a sua abordagem, pode-se considerar que o presente estudo se enquadra no método misto. Isto ocorre porque a prática de pesquisa gerou

dados quantitativos, os quais foram representados em gráficos, como também qualitativos, por meio da descrição dos resultados de estudos selecionados no decurso da investigação. Para Oliveira (2019), a utilização do método misto pode enriquecer os estudos científicos, visto que os métodos qualitativos em nada rivalizam com os métodos quantitativos.

A concretização do estudo contou também com a realização de um estudo bibliométrico. Para Buffem e Prattes (2005), este tipo de pesquisa ocorre quando há a intenção de se averiguar o patamar de produção científica de um determinado tema, tendo um espaço temporal como referência. A temática da educação indígena no Amazonas foi averiguada em pesquisas *stricto sensu* considerando o lapso temporal que vai de 2017 até 2021. Nascimento-e-Silva (2012) esclarece que as bases de dados são os locais recomendados pela ciência para que as respostas adequadas para as perguntas de pesquisa sejam localizadas. Neste sentido, a base de dados escolhida para a feitura do estudo bibliométrico foi a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD.

Educação indígena: escopo conceitual

A abordagem da temática da educação indígena implica em reconhecer o processo gradual de perda da identidade índia por parte de sua população. Este foi um fenômeno que ocorreu conforme o avanço da colonização, o qual fez com que os povos indígenas tivessem sua cultura, seus costumes e suas tradições relegadas ao esquecimento. Uma das situações mais emblemáticas referentes a este processo de dominação dos colonizadores sobre os povos indígenas está na chamada educação jesuítica, processo este no qual os jesuítas educavam os índios de forma severa, com vistas ao alcance da conversão da alma dos seus alunos (Bezerra, Costas & Santos, 2020). Neste sentido, o modo de falar, de se vestir e até

mesmo a fé dos indígenas era considerada inválida ou inferior, com os brancos impondo a eles sua cultura e seu modo de vida.

É por esta razão que se deve considerar a Constituição Federal (Brasil, 1988) como divisor de águas no tocante a educação indígena. Antes da promulgação deste documento que rege a conduta e estabelece direitos e deveros dos cidadãos brasileiros, pode-se dizer que o papel da escola junto aos índios não era necessariamente o de educar, mas sim de fazer com que os nativos abandonassem suas origens étnicas e tradições para se adequarem aos costumes, ao linguajar e a cultura praticada pelas demais pessoas na sociedade. Neste contexto, os povos indígenas não foram educados, mas sim influenciados e, porque não dizer, forçados a renegar sua cultura para serem aceitos e se enquadrarem num modo de vida alheio as suas tradições e raízes. Somente a partir do ano de 1988 que se pode conceber a ideia de escola indígena, por meio da qual os povos índios conseguem demonstrar algum patamar de participação e protagonismo (Luciano, 2013).

Enquanto a visão de Luciano (2013) traz uma divisão histórica sobre a temática da educação indígena considerando a questão da Carta Magna (Brasil, 1988) como principal fato histórico, o estudo feito por Ferreira (2001) e referendado por Campos, Gomes e Godoy (2016) e Bezerra, Costa e Campos (2020) traz uma sequência detalhada de fases que ajudam a compreender com mais precisão o contexto histórico da educação indígena no Brasil, a saber:

- Primeira fase: já mencionada neste estudo, onde a educação destinada aos nativos ficou a cargo dos jesuítas e onde o principal papel não era o de formar cidadãos, mas sim fazer com que os indígenas deixassem de lado sua cultura e se adequassem ao modo de viver dos colonizadores;

- Segunda fase: este período tem na criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), datada de 1910. A partir da extinção deste serviço, foi criada o que hoje

é conhecida como Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Este órgão estabeleceu uma parceria com o instituto chamado *Summer Institute of Linguistic* (SIL);

- Terceira fase: esta etapa se notabiliza pelo advento das Organizações Não Governamentais, mais precisamente nas décadas dos anos 1960 e 1970, e;

- Quarta fase: Antes da promulgação da Carta Magna (Brasil, 1988), os indígenas resistiram ao modelo de educação a eles imposto, passando a fazer uma autogestão de sua educação.

É oportuno esclarecer que diante da imensidão de etnias indígenas existentes no Brasil, seria quase impossível que o Estado conseguisse formular políticas voltadas para as peculiaridades e características de cada tribo brasileira. Em contrapartida, numa perspectiva de universalização da educação, a escola não somente representa o local onde os saberes são disseminados, mas também o espaço onde as estratégias são formuladas com vistas não somente a instrução, mas também a sobrevivência da cultura indígena. Neste contexto, compete a cada tribo a decisão não somente de definir sobre sua língua, mas também a correlação entre ela e o português, idioma oficial brasileiro (Severo, 2008).

Depreende-se que a abordagem sobre a educação indígena exige que certos cuidados sejam tomados. Uma das ideias errôneas nesta seara temática diz respeito ao suposto fato de que os indígenas seriam uma parcela da população que não é educada ou que não possui nenhum saber a ser ensinado. Sabe-se muito bem que este é um discurso falacioso. Antes da chegada dos colonizadores, os povos indígenas tinham o seu modo de vida, com religião, sistema social, divisão de tarefas e outros aspectos que foram suprimidos ao longo de muitos séculos de opressão. Luciano (2006) esclarece que a sabedoria indígena é passada por meio da oralidade e por meio dela é possível formar não somente trabalhadores que cuidam da terra e pescadores, mas também artistas no campo da música, da pintura, da cerâmica, dentre outros.

Nesta disseminação de saberes passada verbalmente de geração a geração, pode-se considerar três tipos de conhecimentos. São eles: a) os saberes necessários para que o homem exerça o controle sobre a natureza; b) os conhecimentos necessários para que o homem saiba estabelecer interface com outras pessoas e assim viver pacificamente em sociedade, e; c) o relacionamento do homem com o lado sagrado de sua vida (Melià, 1979; Simas, 2009). Nota-se nestes três eixos estruturantes que integram esta tríade uma completude na forma como os indígenas se relacionam consigo mesmo e com o ambiente a sua volta. O controle sobre a natureza abarca o plantio da terra, o uso da água, a caça, dentre outras atividades. O relacionamento com outros sujeitos implica em não somente respeitar o próximo, mas também obedecer a hierarquia de comando dentro das tribos, onde anciãos e pajés exercem papel de liderança. A intimidade com o lado sagrado da vida engloba o respeito aos mitos, aos deuses e a feitura de rituais em determinadas épocas, seja para saudar estes mitos, seja para fazer celebrações por algum motivo especial.

Além disso, é preciso esclarecer que instituições como escolas, igrejas, hospitais, governos, prefeituras e demais coisas não fazem parte do modo de vida tribal. Na sociedade hodierna, estas instituições existem e cada uma possui sua importância para que exista a convivência social dentro das normas de conduta vigentes. Entretanto, é conveniente clarificar que mesmo não havendo professores ou escolas, nas sociedades tribais sempre há educação (Brandão, 2007). Os mais novos sempre aprendem com os mais velhos enquanto brincam, caçam, pescam, celebram seus mitos, dentre outros (Nascimento, Quadros e Souza, 2021). Isto remete aos ensinamentos de Saviani (2003), os quais dizem que trabalho e educação são ações peculiarmente humanas, posto que de maneira concomitante, o homem pode trabalhar e aprender, sendo este binômio trabalho – educação o que propulsiona a produção de sua existência.

Feitos estes esclarecimentos, diante de tantas diferenças entre a cultura do homem branco e o modo de ser e de viver dos indígenas, pode parecer difícil a materialização de uma educação que consiga atender aos anseios dos índios. Todavia, isto é possível, a partir do momento em que a ideia de bilinguismo passa a ser aventada na perspectiva indígena. Em termos práticos, isto significa, no entender de Girotto (2006):

a) Reconhecer que antes dos alunos indígenas adentrarem no ambiente da escola, eles já possuem conhecimentos prévios e uma cultura própria, aspectos estes que devem ser respeitados;

b) Este modo de vida precisa ser agregado a escola, posto que é por meio dele que os índios conseguem fazer a sua leitura de mundo, conforme visto em Freire (1996);

c) Nesta perspectiva, o bilinguismo representa o aprendizado entre a Língua Portuguesa e as linguagens que integram as etnias e a cultura dos povos indígenas, posto que é este idioma que confere aos alunos índios identidade e singularidade.

Para que isto se materialize na prática, um dos principais itens a serem observados diz respeito a questão dos currículos. Diferentemente do que se observa no modo convencional de ensino, na perspectiva indígena os currículos precisam ser ressignificados. Isto significa dizer que ele precisa ser voltado para ajudar na construção de uma escola que tenha como uma de suas características principais ser intercultural e bilingue (Backes & Pavan, 2017). Numa perspectiva de educação indígena bilingue, onde é possível ensinar a língua de origem étnica e o Português, os saberes, a cultura, a postura, o linguajar nato dos índios devem ser devidamente respeitados (Backes, 2014).

Ainda que a educação indígena enfrente problemas, não se pode deixar de reconhecer que o ingresso dos indígenas em escolas que não professam na totalidade sua religião e seus costumes representa uma oportunidade de dominar os códigos básicos utilizados na sociedade. Esta apropriação e adaptação de saberes se torna necessária para que os indígenas não somente consigam estabelecer interfaces entre seus pares não indígenas como também possam reivindicar melhores condições de vida (Luciano, 2006; Silva, 2018).

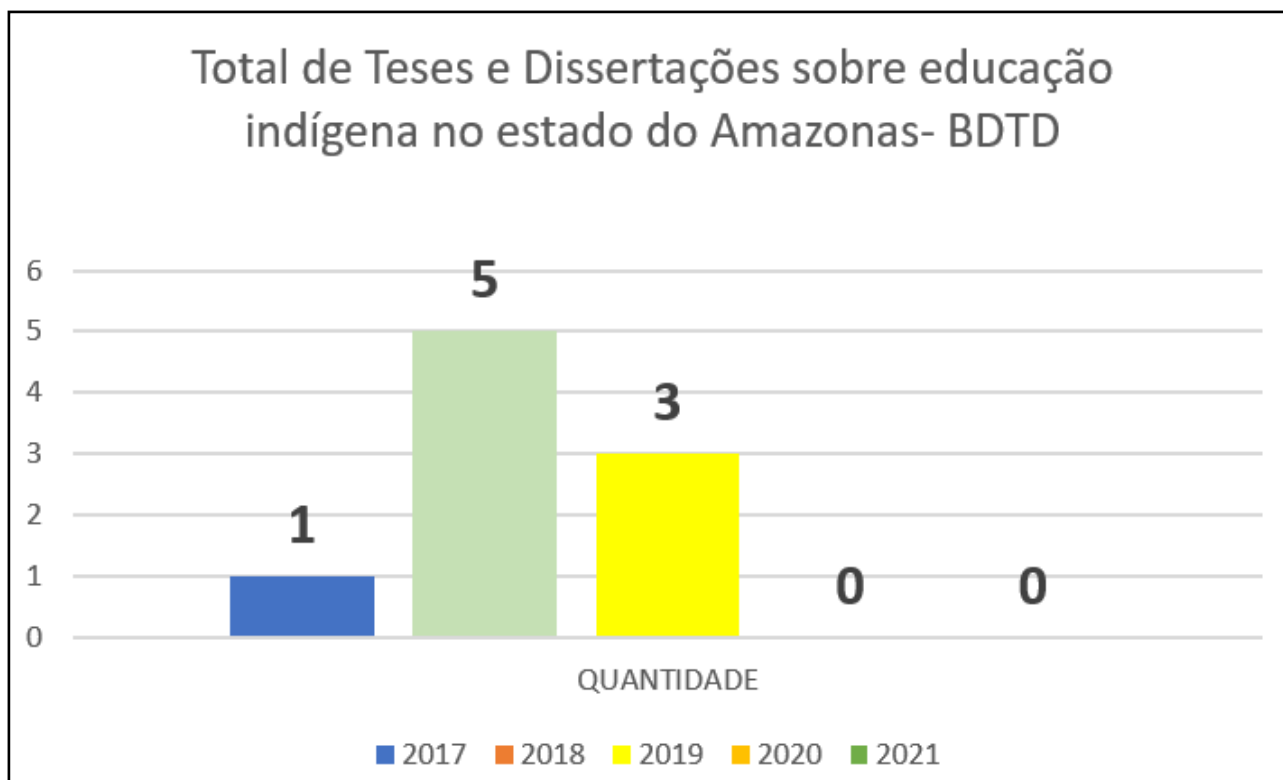
Resultados

A partir da definição do tema e das pesquisas realizadas, o passo seguinte foi a busca pelas produções *stricto sensu*, a qual foi feita na base de dados denominada Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Assim, as pesquisas foram selecionadas sob três critérios. O primeiro deles foi o ano de sua publicação, o qual deveria ser entre 2017 e 2021. Trabalhos fora deste lapso temporal não foram considerados. O segundo ponto diz respeito a acessibilidade do material. O terceiro tópico foi o local onde o estudo foi realizado, o qual deveria ser mandatoriamente no estado do Amazonas.

Com exceção de uma pesquisa cujo acesso não foi possível por problemas no portal onde ela se encontra localizada, todas as demais pesquisas aqui foram acessadas e selecionadas. Após este processo, os trabalhos foram separados em pastas conforme seu ano de publicação. A partir daí, as informações a respeito destas pesquisas foram discriminadas nesta parte do estudo, primeiramente na forma de gráficos e num segundo momento de maneira discursiva.

O primeiro item considerado diz respeito ao total de produções localizadas por ano. Estas informações encontram-se compiladas no Gráfico 1.

Gráfico 1. Quantidade de produções *stricto sensu* sobre educação indígena no estado do Amazonas.

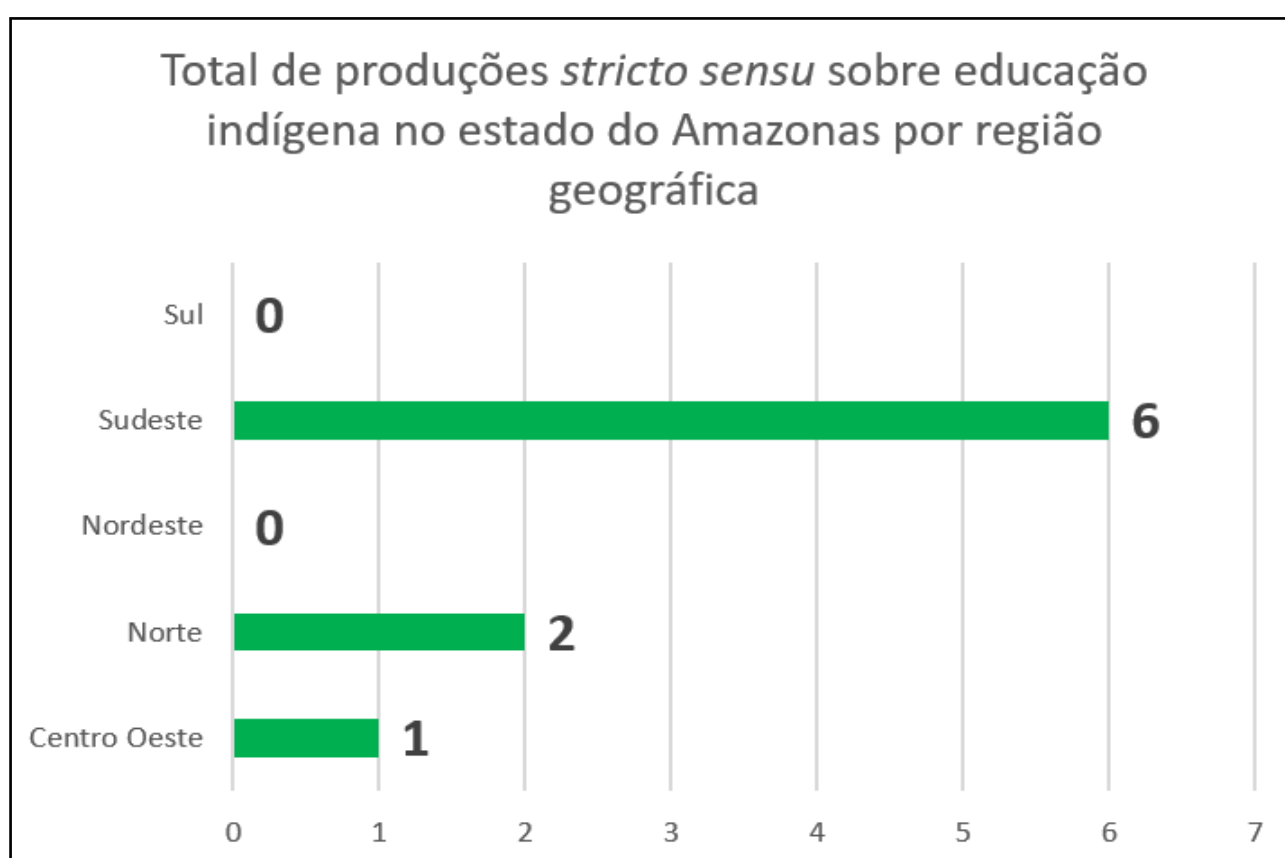


Fonte: Autores (2022).

Conforme o Gráfico 1, o pico de produções sobre educação indígena no Amazonas foi registrado no ano de 2018, com 6 trabalhos *stricto sensu*, dentre teses e dissertações. Nos anos de 2020 e 2021 não foram localizadas produções deste nível na base de dados BDTD. Esta lacuna detectada por dois anos no presente estudo pode significar uma oportunidade para que pesquisadores de todo o Brasil se sintam encorajados e passem a fazer estudos a respeito da temática da educação indígena no Amazonas e em demais estados da Região Norte. Isto se faz necessário por dois motivos. O primeiro deles diz respeito a elevação do estoque de conhecimento (Nascimento-e-Silva, 2012) correlato a educação indígena. O segundo tópico diz respeito a necessidade de se ampliar o debate da educação indígena, posto que conforme visto em Luciano (2006), isto representa uma forma dos índios lutarem por melhores condições de vida.

A segunda situação averiguada nos estudos selecionados diz respeito as regiões geográficas do Brasil onde os estudos foram idealizados. Embora todas as pesquisas tivessem como cenário principal alguma localidade do Amazonas, a prática de pesquisa demonstrou que nem todos os autores destes trabalhos residem em Manaus ou em algum município do estado. Estas informações foram compiladas e registradas no Gráfico 2.

Gráfico 2. Total de produções *stricto sensu* sobre educação indígena no estado do Amazonas por região geográfica



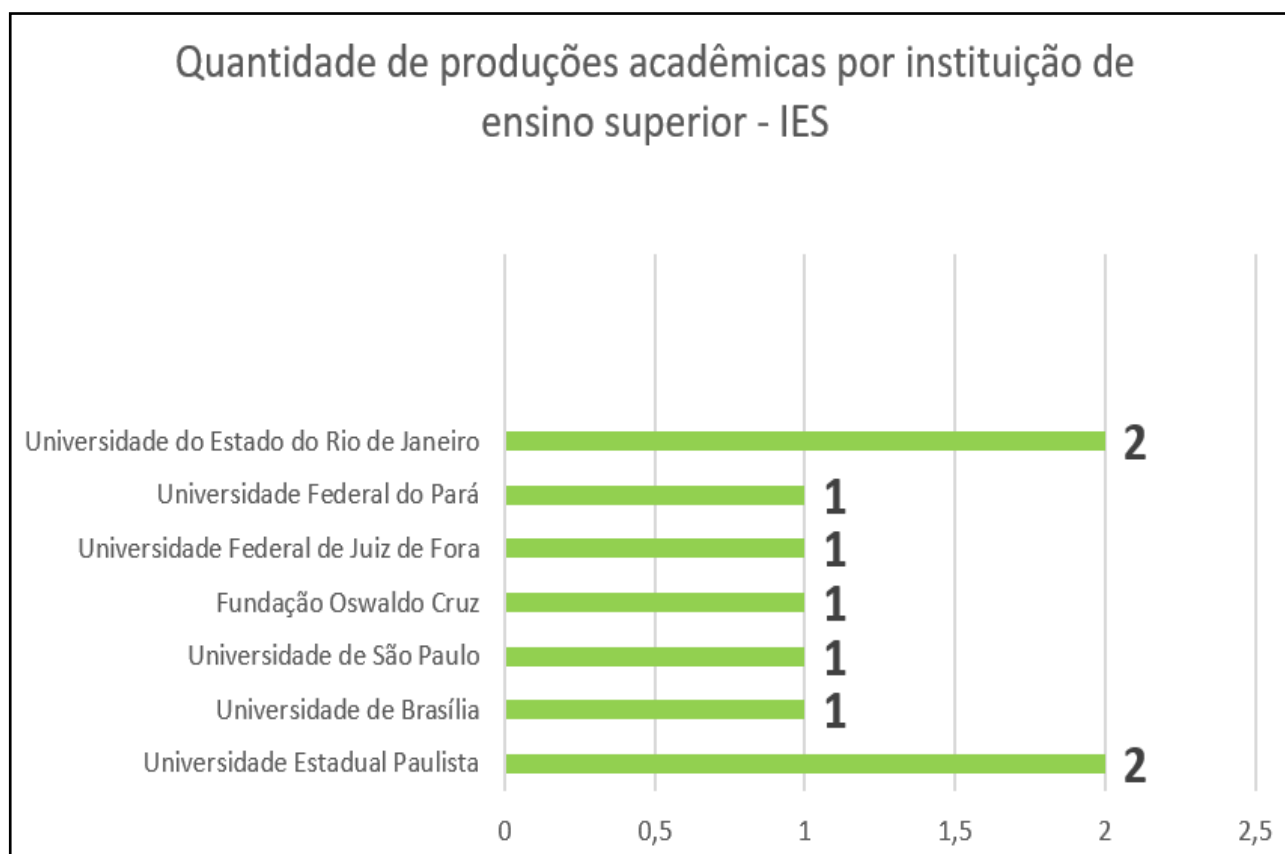
Fonte: Autores (2022).

No que concerne ao teor do Gráfico 2, não foram registradas pesquisas na Região Sul, bem como na Região Nordeste. A Região Norte é representada por duas pesquisas, enquanto que a supremacia do montante de estudos selecionados ficou por conta da Região Sudeste. É curioso ver este resultado, posto que o esperado seria uma prevalência de estudos feitos na Região Norte, o que

não foi demonstrado pelos resultados da pesquisa. Em complemento ao que fora visto no Gráfico 1, pressupõe-se que um dos motivos que acarretaram para que não fossem localizadas pesquisas sobre educação indígena nos anos de 2020 e 2021 tenha sido a pandemia de Covid-19 (Lima, 2020). Esta maioria de estudos feitos na Região Sudeste sobre educação indígena no Amazonas demonstra não somente a significância do tema, mas também evidencia o alcance dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, posto que o Amazonas é um estado distante dos chamados grandes centros, o qual ainda sofre com grandes dificuldades logísticas.

O terceiro item avaliado no estudo bibliométrico foi o total de produções por instituição universitária. A intenção com este levantamento foi averiguar se os estudos selecionados estavam pulverizados entre várias universidades ou se haveria ao menos uma instituição com mais de um estudo registrado. Estes resultados estão compilados no Gráfico 3.

Gráfico 3. Quantidade de produções por instituição de ensino superior – IES



Fonte: Autores (2022).

Atinente ao Gráfico 3, o levantamento realizado demonstrou que duas instituições apresentaram mais de um trabalho de natureza *stricto sensu* tendo como temática a educação indígena no estado do Amazonas. Tanto a Universidade do Estado do Rio de Janeiro como a Universidade Estadual Paulista, ambas localizadas na Região Sudeste do Brasil, demonstraram cada uma dos registros que atendiam aos objetivos da pesquisa. As demais produções foram identificadas em outras instituições de ensino superior – IES, totalizando uma produção para cada universidade.

Além destes resultados identificados, reitera-se a necessidade da realização de mais estudos tendo como temática a educação indígena, não somente no Amazonas, mas nos demais estados da Região Norte. As possibilidades de abordagem sobre esta temática são inúmeras, as quais podem desde abarcar a questão da educação na pandemia de Covid-19 (Saboia & Barbosa, 2021) ou ainda questões culturais pertinentes ao bilinguismo que é pertinente a esta vertente educacional (Backes & Pavan, 2017).

O próximo item averiguado no decurso do estudo desenvolvido diz respeito as produções mais citadas dentre as obras selecionadas. Entende-se que a citação de outras obras é um procedimento que não somente atende aos princípios éticos de pesquisa, mas também é um dos eixos estruturantes da divulgação científica (Andrade, 2016). A Tabela 1 demonstra os resultados apurados neste levantamento.

Tabela 1. Pesquisas selecionadas mais citadas

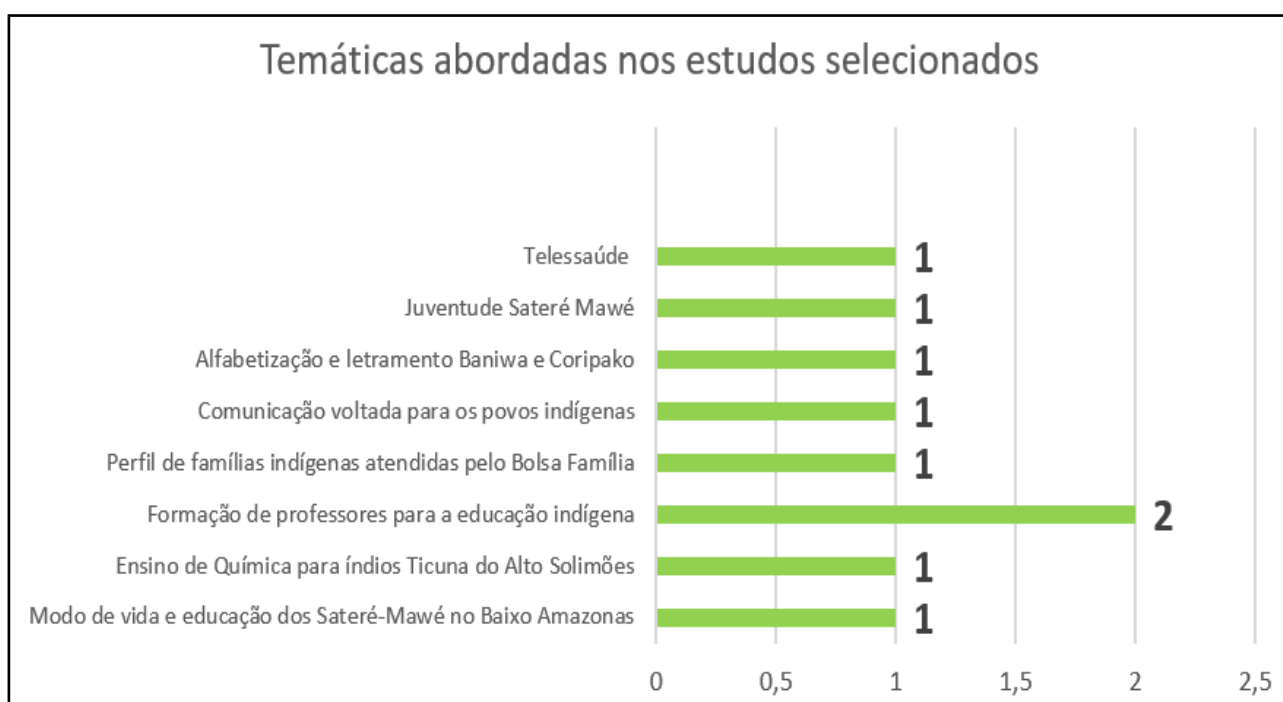
Autor	Produção	Instituição	Título	Total de citações
Ana Letícia de Fiori	Tese	Universidade de São Paulo	Conexões de interculturalidade: cidades, educação, política e festas entre Sateré-Mawé do Baixo Amazonas	9
Ercila Pinto Monteiro	Tese	Universidade Estadual Paulista	Educação científica intercultural: contribuições para o Ensino de Química nas escolas indígenas Ticuna do Alto Solimões - AM	3
Célia Aparecida Bettiol	Tese	Universidade Estadual Paulista	A formação de professores indígenas na Universidade do Estado do Amazonas: avanços e desafios	1

Fonte: Autores (2022).

Na Tabela 1 encontram-se elencados os três trabalhos dentre as obras *stricto sensu* selecionadas, as quais contam com o maior número de citações. A produção mais citada é da autoria de Fiori (2018), a qual retrata não somente a educação, mas também outros aspectos da vida da tribo Sateré-Mawé, cujos remanescentes vivem na região conhecida como Baixo Amazonas. Esta produção conta com o impressionante total de 9 citações, o que reitera o quão relevante é pesquisar e compartilhar os resultados a respeito da educação indígena com vistas a fortalecer o seu estoque de conhecimento (Nascimento-e-Silva, 2012).

Outro ponto observado no desenvolvimento do estudo bibliométrico diz respeito as temáticas trabalhadas nas obras selecionadas. Para tanto, além do título de cada produção, os resumos de cada material foram lidos e os resultados organizados em planilha eletrônica para gerar os resultados do Gráfico 4, conforme abaixo:

Gráfico 4. Temáticas trabalhadas nas obras selecionadas



Fonte: Autores (2022).

O Gráfico 4 exibe que dentre as temáticas que fazem parte da estrutura dos estudos selecionados, a temática da formação de professores foi a que prevaleceu, contando com 2 produções. Esta é uma temática que pode ser mais explorada no campo da educação indígena. Isto porque não somente o próprio contexto de interculturalidade que caracteriza esta vertente educacional já torna o trabalho do docente desafiador. Além disso, conforme Zabala (1998), a atuação professoral deve estar vinculada ao sentido de fazer com que a escola cumpra sua função social: a de formar cidadãos. Ocorre que no caso dos povos indígenas, eles já

chegam a escola com saberes e cultura prévios. Além dos desafios enfrentados pelos professores indígenas, pode-se também averiguar junto a eles sua história de vida e os percalços enfrentados até chegar ao cargo de professor (Lapa, 2017). Estas são sugestões que podem fomentar a realização de novos estudos no campo da educação indígena.

O estudo bibliométrico encerra com a descrição breve de algumas obras que foram identificadas no decurso da pesquisa, cujas temáticas são interessantes e devem ser trazidas à baila. A primeira delas é da autoria de Bertiol (2017), a qual traz tem como cerne temático a formação de professores indígenas no contexto da Universidade Estadual do Amazonas. Dentre as contribuições geradas pelo estudo de Bertiol feito junto a 28 sujeitos, destacam-se: a) a educação indígena é formada por vários pormenores que devem ser considerados ao longo do processo de formação de professores, e; b) apesar dos desafios enfrentados por alguns dos indivíduos entrevistados, eles se sentem como agentes interculturais, os quais lutam e se esmeram para a consolidação da educação indígena.

O segundo estudo selecionado nesta parte final da bibliometria aqui apresentada é da autoria de Monteiro (2018), a qual detalha as contribuições no ensino de Química para escolas indígenas da tribo Ticuna, no Alto Solimões. Este estudo é interessante, posto que o ensino de Ciências por muitos anos foi associado com as práticas do ensino tradicional, pautado na educação bancária (Freire, 1996; Saviani, 2009). O estudo de Monteiro (2018) contou com 24 sujeitos e apresentou, dentre seus resultados: a) o ensino destinado aos Ticuna é bilíngue, mas ainda pautado nos ditames do ensino tradicional; b) os Ticuna buscam mudar para melhorar, mas enfrentam dificuldades pertinentes a avaliação e práticas pedagógicas ainda calcadas no modo tradicional de ensino. A contribuição de Monteiro (2018) para o ensino de Química foi a criação de um quadro teórico,

no qual os conhecimentos Ticuna foram categorizados e a partir disso é possível aventar um currículo de Química mais integrado e congruente com a realidade local, numa perspectiva de contextualização do ensino.

Conclusão

O presente estudo buscou evidenciar a significância da educação indígena desempenhada no estado do Amazonas por meio de um estudo bibliométrico que foi desenvolvido tendo o período entre 2017 e 2021 como intervalo de tempo. O baixo número de pesquisas (9 estudos ao todo) somado ao fato de que não houve registros de pesquisas entre 2020 e 2021 faz com que uma lacuna teórica seja detectada. Enfatiza-se que o preenchimento desta lacuna depende da feitura de novos estudos que possam trazer ao campo do debate mais realidades, situações e problemas pertinentes a educação indígena produzida e praticada no estado do Amazonas.

Os estudos selecionados demonstraram que já existem estudos imbuídos no sentido de gerar as bases necessárias a um debate sobre a educação indígena. O fato do estudo bibliométrico aqui desenvolvido ter localizado poucas produções associado ao vazio detectado entre 2020 e 2021 representa uma grande oportunidade para que mestrandos e doutorandos possam falar mais sobre este tema, o qual é fundamental para que se imagine uma educação que possa alcançar o maior número de pessoas possível, independente de etnias, raça ou outro fator de diferenciação. Para estudos futuros, sugeres-se um levantamento sobre iniciativas semelhantes as que foram vistas no estudo de Monteiro (2018), com adaptações e melhorias nos currículos da educação indígena.

Referências

- Andrade, T.S.S. (2016). *A importância da divulgação científica em processos formativos de professores no ensino tecnológico*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, AM, Brasil. <http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/78>
- Bezerra, M.S. F., Costa, V.E.V. & Santos, J.S. (2020). Educação escolar indígena no Tocantins: apontamentos reflexivos. *Humanidades & Inovação*, 7(15), 1 – 15.
- Bettioli, C.A. (2017). *A formação de professores indígenas na Universidade do Estado do Amazonas: avanços e desafios*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista, SP, Brasil. <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/151875>
- Backes, J.L. (2014). A escola indígena intercultural: espaço/tempo de afirmação da identidade étnica e de desconstrução da matriz colonial. *Interações*, 15, p. 13 – 20.
- Backes, J.L. & Pavan, R. (2017). O currículo e as identidades/diferenças : normalização, invisibilidade e subalternização. *R. Educ.Públi.*, 26(61), p.95 – 110.
- Borges, N.S.S.C. (2019). *Avaliação institucional interna na Educação Profissional Técnica de Nível Médio: instrumento de melhoria do ensino*. Dissertação de Mestrado, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, AM, Brasil. <http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/302>
- Brandão, C.R. (2007). *O que é educação?* São Paulo: Brasiliense.
- Brasil (1988). *Constituição Federal da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal.
- Buffem, L. & Prattes, Y. (2005). O saber científico registrado e as práticas de mensuração da informação. *Ciência da Informação*, 34(2), 9 – 25.
- Campos, A.L.A., Gomes, M.H.S.C. & Godoy, M.G.G. (2016). Representações míticas e produção de conhecimentos: a criança (Kyringue) Guarani Mbya e os CECIs. *Educação & Linguagem*, 19(2), p. 41 – 62.
- Ferreira, M.K.L. (2001). A educação escolar indígena: um diagnóstico crítico da situação no Brasil. In: Silva, A.L. & Ferreira, M.K.L. (eds.). *Antropologia, História e Educação: a questão indígena e a escola*. São Paulo: Editora Global.

Fiori, A.L. (2018). *Conexões de interculturalidade: cidades, educação, política e festas entre Sateré-Mawé no Baixo Amazonas*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, SP, Brasil. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-13122018-163358/pt-br.php>

Fontelles, M.J., Simões, M.G., Farias, S.H & Fontelles, R.G.S. (2009). Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. *Revista paraense de medicina*, 23(3), 1 – 9.

Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Giroto, R.L. (2006). Balanço da educação escolar indígena no município de Dourados. *Tellus*, 6(11), p. 77 – 103.

Gil, A.C. (2019). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 7 ed. São Paulo: Atlas.

Lapa, B.C. (2017). *Tecendo um traçado entre autoformação docente e sentidos do trabalho*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, AM, Brasil. <http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/45>

Lima, R.C. (2020). Distanciamento e isolamento social pela Covid-19 no Brasil: impactos na saúde mental. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 30, p. 1 – 10.

Lopes Filho, E.J.B. (202). *Práticas pedagógicas no ensino médio integrado: proposição de um catálogo de produtos educacionais na EETEPA, Campus Santarém*. Dissertação de Mestrado, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Manaus, AM, Brasil. <http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/617>

Luciano, G. J.S. (2006). *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

Luciano, G.J.S. (2013). Educação indígena no país e o direito de cidadania plena. *Retratos da Escola*, 7(13), p. 345 – 357.

Melià, B. (1979). *Educação indígena e alfabetização*. São Paulo: Loyola.

Monteiro, E.P. (2018). *Educação científica intercultural: contribuições para o ensino de Química nas escolas indígenas Ticuna do Alto Solimões – AM*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista, SP, Brasil. <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/157462#:~:text=Em%20geral%2C%20os%20resultados%20mostram,de%20que%20%C3%A9%20necess%C3%A1rio%20mudar>.

Nascimento-e-Silva, D. (2012). *Manual de redação para trabalhos acadêmicos: position paper, artigos científicos, questões discursivas*. São Paulo: Atlas.

Nascimento, R.N. F., Quadros, M.T. & Souza, V.F.P. (2021). Interculturalidade e formação de lideranças indígenas na escola Dom Lourenço Zoller, Comunidade Pedra Preta, Raposa Serra do Sol. *Amazônica, Revista de Antropologia*, 13(2), p. 815 – 837.

Nóvoa, A. (2012). Devolver a formação de professores aos professores. *CADERNOS DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO*, 18(35), 11 – 22.

Oliveira, E.S. (2019). *Criação de um portfólio de cursos de extensão para o Campus Itaituba da Universidade Federal do Oeste do Pará*. Dissertação de Mestrado, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Amazonas, AM, Brasil. <http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/305>

Prodanov, C..C. & Freitas, E.C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2 ed. Novo Hamburgo: Editora Feevale.

Simas, H.C.P. (2009). *Letramento indígena: entre o discurso do RCNEI e as práticas de letramento da Escola Potiguar de Monte-Mór*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, PB, Brasil. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/6381/1/arquivototal.pdf>

Saviani, D. (2009). Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Educação*, 14(40), 143 – 155.

Severo, C.G. (2008). Intervenções nas línguas: reflexões em torno de política e de identidade. *Raído*, 2(4), p.61 – 74, 2008.

Silva, L.S. (2018). *'Juventude Indígena': um estudo de caso sobre os jovens da 1º Congregação da Terra Indígena de Dourados*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Grande Dourados, MS, Brasil. <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/1141>

Silva, R.O. (2019). *Proposta de autocapacitação para coordenadores de graduação*. Dissertação de Mestrado, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, AM, Brasil. <http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/381>

Zabala, A. *A prática educativa: como ensinar*. Porto Alegre: Artmed.

Zanella, L.C.H. (2013). *Metodologia de pesquisa*. Florianópolis: UFSC/Departamento de Ciências da Administração.

Sobre os Autores

José Carlos Guimarães junior

Doutor em Biodiversidade e Conservação pela Universidade do Estado do Amazonas-Rede Bionorte, Gestor de Políticas Públicas e Gestão Governamental do Governo do Distrito Federal.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8233-2628>

E-mail: profjc65@hotmail.com

Francisco Carneiro Braga

Doutorando em Educação pela Universidade Estácio de Sá. Mestre em Educação, pela Universidade do Sul de Santa Catarina, campus Tubarão-SC, Brasil.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4275-8122>

E-mail: franciscocarneirob@hotmail.com

Ruth Trindade Ferreira

Bacharel em Administração-Universidade do Estado do Amazonas-UEA. Especialização em Auditoria Contábil, Fiscal e Tributária pela Faculdade La Salle - Amazonas.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8959-1665>

E-mail: rferreira34.87@gmail.com

Savio Lima Costa e Silva

Mestre em Educação pela UNISUL. Especialista em Metodologia do Ensino da Matemática pela Universidade Gama Filho (2011) e em Engenharia de Segurança do Trabalho pela Universidade Cândido Mendes (2019). Graduado em Matemática pela Universidade Católica de Pernambuco (2008), Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2012) e em Engenharia Civil no Centro Universitário Cesmac (2016).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1495-3035>

Antônio Ciro Pereira Soares

Licenciatura Plena em Ciências Biológicas - UECE. Pos Graduação Gestão escolar e Coordenação Pedagógica - FIP.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1097-6392>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0712351377968607>

E-mail: persoesciro@gmail.com

Tânia Lúcia Viana de Souza

Mestre em Administração Pública Minter UFV/UEA (CRA-AM N° 20-13318), atualmente é aluna de mestrado da turma MINTER em Administração Pública, Termo Convênio Universidade Federal de Viçosa/MG - UFV/ FUNARBE/ Universidade do Estado do Amazonas UEA.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4690-047X>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9416813659905776>

E-mail: tania.souza@ufv.br

Rair de Lima Nicácio

Doutorando em Educação – FACED/PPGE – Universidade Federal do Amazonas. Bolsista Fapeam. Mestre em Ensino de Ciências e Matemática – Universidade Federal do Acre. Professor da Educação Básica – SEMEC de Marechal Thaumaturgo-Acre.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5278-1804>

E-mail: rair.nicacio1@gmail.com

Fernando A. Lima Oliveira

Realiza Estágio Pós-Doutoral na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, na perspectiva do ensino de Língua Portuguesa, através da aplicação de materiais concretos/manipuláveis. Realizou Estágio Pós-Doutoral na Universidade Federal do Pará, com bolsa de Pós-Doutorado Júnior (PDJ/CNPq). Doutor e Mestre em Linguística pela Universidade Federal de Alagoas, sob a perspectiva teórico-metodológica da Teoria da Variação Linguística. Possui Graduação em Letras Português e Espanhol pela Universidade Federal de Alagoas. Durante o período de 2005-2007 foi bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET/Letras, coordenado pela Profa. Dra. Maria Denilda Moura. Atualmente, é professor da Universidade de Pernambuco, Campus Garanhuns; líder do Grupo de Estudos em Análise e Descrição Linguística – GEADLin (CNPq/UPE) e Professor Permanente do Mestrado Profissional – PROFLETRAS UPE/Garanhuns.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8739-2825>

Roberto Lopes Sales

Mestre em Educação, pela Universidade do Sul de Santa Catarina, campus Tubarão SC.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3656-6797>

E-mail: robertolopessales@hotmail.com

Indigenous education in the state of Amazonas:



bibliometric study based on stricto sensu research (2017 - 2021)



www.arcoeditores.com



contato@arcoeditores.com



[/arcoeditores](https://www.instagram.com/arcoeditores)



[@arcoeditores](https://www.facebook.com/arcoeditores)



[\(55\)99723-4952](https://api.whatsapp.com/send?phone=55997234952)

ARCO
EDITORES